

**RESENHA**

**LUTAS, MEMÓRIAS E VIOLAÇÕES NO CAMPO BRASILEIRO: CONFLITOS,  
REPRESSÃO E RESISTÊNCIAS NO PASSADO E PRESENTE (2020)**

Daniel Figueiredo Castilho<sup>1</sup> <https://orcid.org/0000-0002-0119-1270>

<sup>1</sup> Graduando em Geografia – Universidade Estadual de Montes Claros – Bolsita PIBIC-FAPEMIG. E-mail: [dani.fig.fig@gmail.com](mailto:dani.fig.fig@gmail.com)



O livro “Lutas, Memórias e Violações no Campo Brasileiro: Conflitos, Repressão e Resistências no Passado e Presente”, organizado por Sérgio Sauer, é composto pela apresentação, além de quatorze capítulos com textos escritos por diversos professores e pesquisadores.



A apresentação intitulada “Repressão e Resistências no Campo no Regime Empresarial Militar: Questões e Desafios à Pesquisa”, da professora e pesquisadora Leonilde Servolo de Medeiros, trata da intensificação, nos últimos anos, do debate em torno das relações entre camponeses e a Ditadura, sobre a incidência de suas políticas acerca dos trabalhadores do campo, trazendo à tona “[...] várias questões novas, bem como caminhos e fontes de pesquisa sobre o tema” (MEDEIROS, 2020, p. 9) com a criação da Comissão Nacional da Verdade (CNV), da Comissão Camponesa da Verdade (CCV) e com os eventos nas instituições de pesquisa em 2014 nos 50 anos do golpe em razão da (des)comemoração, estimulando esses debates e pesquisas. A autora coloca que o próprio livro é resultado destas pesquisas e debates.

Discute-se também a respeito do surgimento das pesquisas e sobre questões que só recentemente têm sido investigadas pelos pesquisadores interessados nas lutas no campo, além da problemática das fontes de pesquisa que são bem limitadas e pouco exploradas. Consideram-se, ainda, os esforços que são feitos para a retomada do debate por meio de investimentos em diferentes experiências de pesquisas e projetos financiados por núcleos do poder público, voltados ao tratamento (competência) do tema, bem como a criação da CCV- a partir do Encontro Unitário dos Trabalhadores, Trabalhadoras e Povos do Campo, das Águas e das Florestas, com a participação de atores importantes para a articulação do evento e de alguns participantes das experiências de pesquisas e projetos supracitados, contribuindo muito com a discussão e suporte informal, até mesmo como contestadores das formas de abordagem e tratamento da questão pela CNV.

O Capítulo 1, com o título “Acampamentos Abalaram a Estância: Os Conflitos Sociais no Campo e a Trajetória do Movimento dos Agricultores Sem Terra do Rio Grande do Sul (1960-1964)”, escrito por Alessandra Gasparotto, Aristeu Elisandro Machado Lopes, Barbara de La Rosa Elia, Clarice Gontarski Esperanza, Darlan de Farias Rodrigues e Tiago Perinazo Cassol, discorre sobre o processo de formação (a partir de um conflito fundiário) e atuação do Movimento de Agricultores Sem Terra (Master) do Rio Grande do Sul, que obteve o apoio de lideranças políticas da cidade e do estado para sua emergência, além de uma importante participação no I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil, no momento em que também emergiam no estado uma série de mobilizações camponesas demandando por terra e um projeto de reforma agrária, além de projetos políticos do governo estadual de Leonel Brizola voltados à reforma agrária quando se potencializava o debate, em nível

nacional, com relação às disputas e os conflitos, tanto por conta da reforma agrária quanto por conta das políticas do governo de João Goulart relativas ao trabalho no campo que beneficiariam essa classe trabalhadora.

O capítulo aborda as diferentes interpretações acerca da trajetória do movimento e, com isso, indica lacunas a serem investigadas, relacionadas à sua influência e qual a relação do movimento nas experiências de luta pela terra. Ademais, discorre sobre o crescente número do surgimento de associações do campo, no estado, com destacada mobilização para a inédita e eficaz estratégia de reivindicação da terra por meio do acampamento.

No segundo capítulo, “Ninguém Foi Preso Pelo Fato de Ser Agricultor Sem-Terra e Sim Por Ser Agitador”, A Repressão ao Movimento dos Agricultores Sem-Terra do Rio Grande do Sul no Início dos Anos 1960”, de Alessandra Gasparotto, Barbara de La Rosa Elia, Darlan de Farias Rodrigues e Tiago Perinazo Cassol, discute-se a trajetória do Master a partir da gestão estadual do governo de Ildo Meneghetti, que era de oposição ao governo petebista de Brizola, como também modificou significativamente a conjuntura no estado, com uma lógica repressiva e com o apoio de ruralistas. Dessa maneira, trata-se da forma de atuação do Master diante desta nova situação e também a partir de alguns elementos a respeito do “imediato pós-Golpe” (já que o mandato de Meneghetti se inicia em 1963, ano anterior ao do golpe) e suas implicações na vida dos dirigentes e militantes do movimento.

O Capítulo 3, “Uma História das Ligas Camponesas em Pernambuco: Passado Interditado”, do professor Pablo Francisco de Andrade Porfírio, mostra a história das Ligas Camponesas, movimento responsável por possibilitar aos trabalhadores rurais um lugar na agenda do debate político no Brasil e na América Latina, assim como a conquista de direitos trabalhistas e civis, ficando marcada em uma memória de ação coletiva com “uma narrativa de revolta dos trabalhadores” (PORFÍRIO, 2020, p. 81), mas que foi tratada como a história de um movimento derrotado pelo golpe de 1964 por parte da historiografia.

O Capítulo 4, “Homens do Tempo de Arraes: Narrativas de Resistências à Ditadura Civil-Militar no Pós-1964”, da professora Regina Coelly Fernandes Saraiva, explica o termo “homens de Arraes”, expressão utilizada pelos latifundiários de Pernambuco e seus aliados para se referir aos camponeses que lutavam por terra, direitos e resistiam à violência no campo no tempo em que Miguel Arraes se tornou governador do estado por intermédio do apoio popular. O texto faz uma explanação

sobre a relação destes camponeses a partir da atuação nas ligas camponesas e sindicatos dos trabalhadores rurais, suas lutas, as perseguições e silenciamentos sofridos com a Ditadura civil-militar, além de mostrar, com base nas narrativas de alguns camponeses, como foram organizadas as estratégias de mobilização e resistência à repressão política do Estado para a retomada da luta coletiva pela dignidade da vida no campo.

O quinto capítulo, “As Ligas Camponesas em São Paulo: Mobilizações, Movimentos Agrários e Representações do Pré-1964”, escrito por Clifford Andrew Welch e Leticia da Silva Rocha, tem o propósito de tentar transmitir um melhor entendimento das trajetórias dos movimentos Master no Rio Grande do Sul e especialmente das Ligas Camponesas em Pernambuco. Os autores se esforçam para dar abrangência maior em relação ao “[...] lugar das Ligas no meio das mobilizações agrárias [...]” (WELCH; ROCHA, 2020, p. 132); no sentido delas serem ou não “o principal movimento de trabalhadores rurais” (WELCH; ROCHA, 2020, p. 132) ou “a maior expressão de luta popular por reforma agrária” (WELCH; ROCHA, 2020, p. 132) do país, tendo como ponto de partida a análise da configuração dos movimentos no período da experiência democrática (1945-1964), dando atenção à atuação do movimento no estado de São Paulo por seu peso na política nacional. Além disso, para a realização desta análise foi considerada a ideia das “memórias emblemáticas” do historiador Steven Stern (2004).

O sexto capítulo, “Episódios de Repressão Numa Área Rural Paulista: Contribuições Desde o Vale do Ribeira Para a História Social da Ditadura Brasileira”, do pesquisador Gabriel da Silva Teixeira, apresenta três casos da época da Ditadura militar na região do Vale do Ribeira, estado de São Paulo e, a partir deles, questiona alguns limites ou controvérsias conceituais como nos casos de “violência de Estado” e de “reparação” que foram utilizados nos trabalhos da CNV e impactaram sobremaneira todo trabalho político realizado.

O capítulo 7, sob o título “Ações Coletivas em Territórios Camponeses e Movimentos Sociais Agrários no Estado de Goiás”, texto de José Paulo Pietrafesa e Joyce de Almeida Borges, é elaborado a partir da perspectiva de memórias resgatadas por meio de depoimentos de lideranças sindicais e dos movimentos sociais do campo, bem como outros registros para estudar a “[...] existência de relações entre situação agrária do estado de Goiás, a construção de memórias e ações dos camponeses e trabalhadores rurais para o enfrentamento dos conflitos provocados pela expansão do capital agrário no campo” (PIETRAFESA; BORGES, 2020, p. 173). Para esta

discussão, são considerados os períodos históricos da “marcha para o oeste do Brasil” e “a experiência organizativa dos camponeses no campo sindical e dos movimentos sociais do ano de 1970 a 2000”.

O capítulo 8, com o título “A Política de Desenvolvimento Para a Amazônia Promoveu Expulsão, Expropriação e Repressão no Araguaia Durante os Anos 1960 a 1990”, elaborado por Antônio Canuto, vem contando a história dos casos que aconteceram a partir da política de desenvolvimento da região da Amazônia da época da Ditadura militar que, com a criação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e a concessão de uma série de benefícios fiscais para empresas que se propusessem a investir na região sob a retórica de levarem desenvolvimento e progresso, acabou promovendo a expulsão das famílias pobres de seus povoados, invasão e expropriação de território indígena, exploração de trabalhadores, repressão e miséria, tudo isso com aporte de recursos públicos e o aparato repressivo do Estado.

No capítulo 9, “Violência e Grilagem: A Violação dos Direitos Humanos no Campo no Estado do Pará (1964-2019)”, escrito por Girolamo Domenico Treccani, Maria Sebastiana Barbosa Pinheiro e Halyme Ray Franco Antunes, o texto analisa a questão da violência no campo dando ênfase à região da Amazônia com a violação dos direitos humanos sendo permitida por meio do modelo de desenvolvimento adotado e incentivado pelo governo brasileiro para a região, como também pela impunidade dos autores das práticas criminosas advindas deste modelo de desenvolvimento.

O capítulo 10, intitulado “Quilombos, Memórias e Justiça de Transição Camponesa: Direitos Humanos, Narrativas e Verdades em Disputa”, de Eduardo F. de Araújo, Givânia Maria da Silva e Selma dos Santos Dealdina, traz uma abordagem sobre a importância da memória quilombola para preencher uma lacuna histórica nos estudos sobre mobilizações, movimentos sociais, repressão, resistência e conflitos no campo no pré-1964 e na Ditadura, como também e principalmente, já que este é o objetivo do texto do capítulo, para a Justiça Transicional Camponesa favorecendo o entendimento das diversas formas de opressão no campo. Ademais, busca “[...] contribuir com o adensamento da memória coletiva, da verdade e da justiça [...]” (ARAÚJO; SILVA; DEALDINA, 2020, p. 256), assim como a criação e utilização de conceitos para o enfrentamento ao Estado violador dos direitos humanos, além da questão do combate ao racismo estrutural e institucional no país.

O Capítulo 11, “Ação e Resistência da CONTAG na Ditadura Civil-Militar no Brasil”, de Cleia Anice da Mota Porto e Marco Antônio Teixeira, traz alguns relatos de

experiência de ex-dirigentes e assessores sindicais. Dessa forma, analisa a experiência da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) durante a Ditadura, dando destaque para sua origem em 1963, à intervenção sofrida pós-golpe de 1964, às eleições sindicais de 1967 e a todas as formas de repressão sofridas e à resistência da confederação até o final da década de 1970.

O Capítulo 12, “Camponeses na Comissão Nacional da Verdade”, escrito por Gilney Viana, é um texto que analisa a baixa efetivação dos direitos à memória e à verdade dos camponeses, além da análise da exclusão total dos povos indígenas do relatório coletivo sobre mortes e desaparecimentos políticos no período entre os anos de 1946 e 1988, da CNV.

Já no capítulo 13, “A questão Agrária nas Comissões Estaduais da Verdade”, escrito por Fabricio Teló, analisa-se por quais razões as comissões estaduais da verdade no Brasil enfatizam apenas os direitos civis e políticos e, na maioria das vezes, reportam as violações de direitos humanos no campo com foco na responsabilidade do Estado em relação aos direitos econômicos, sociais, e culturais, tratando principalmente da discussão em torno da “[...] violação do acesso à terra para pessoas que dela dependiam para viver, especialmente os indígenas e camponeses” (TELÓ, p. 309).

O décimo quarto capítulo do livro, “Lutas, Memórias e Violações no Campo: Notas Históricas e Reflexões Prospectivas”, escrito por Sérgio Sauer, como o próprio título destaca, reflete em torno dos trabalhos desenvolvidos e evidenciados no livro, que fazem parte da contribuição para a “presentificação” e, principalmente, para a reparação. Como resultado de uma luta e esforços que vão além dos limites e limitações da atuação da CNV, discute-se a importância da “presentificação” com base no esforço de (re)construção da memória por parte dos camponeses para se chegar à justiça e à reparação pelas violações de direitos humanos sofridas pelas populações do campo, “[...] mas também uma condição para superação do passado ditatorial e estabelecimento de um regime democrático” (SAUER; SARAIVA, 2015 apud SAUER, 2020, p. 338). Ressalta também tanto o processo de criação quanto a importância da CNV e, a partir disso, discorre acerca do surgimento da CCV, sua incidência e suporte à CNV, auxiliando os trabalhos, influenciando e sugerindo investigações. É destacado ainda o não reconhecimento e não reparação por parte da CNV, em razão de pressões políticas, limitações e restrições aos trabalhos dos pesquisadores, fatores como “A falta de tempo, condições de trabalho, embates políticos, entre outros [...]” (SAUER, 2020, p. 338).

Nesse contexto de reparação das violências e violações de direitos humanos sofridas pelos camponeses no passado e no presente, a constituição do livro “Lutas, Memórias e Violações no Campo Brasileiro: Conflitos, Repressão e Resistências no Passado e Presente” é de suma importância, pois são estas pesquisas e trabalhos, a “presentificação” por meio do esforço de (re)construção da memória pelos camponeses, que poderão dar visibilidade e contribuir com os processos da justiça de transição chegando à justiça e à reparação para que, por meio do reconhecimento dos acontecimentos do passado, tenhamos um posicionamento crítico diante do presente e futuro.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Eduardo F.; SILVA, Givânia Maria; DEALDINA, Selma dos Santos. Quilombos, Memórias e Justiça de Transição Camponesa: direitos humanos, narrativas e verdades em disputa. In: SAUER, Sérgio (org.). **Lutas, memórias e violações no campo brasileiro: conflitos, repressão e resistências no passado e presente**. São Paulo: Outras Expressões, 2020. Disponível em: <https://landportal.org/pt/library/resources/978-65-87389-07-3/lutas-mem%C3%B3rias-e-viola%C3%A7%C3%B5es-no-campo-brasileiro>. Acesso em: 11 abr. 2022.

MEDEIROS, Leonilde S. Repressão e resistências no campo no regime Empresarial Militar: questões e desafios à pesquisa. In: SAUER, Sérgio (org.). *Lutas, memórias e violações no campo brasileiro: conflitos, repressão e resistências no passado e presente*. São Paulo: Outras Expressões, 2020. Disponível em: <https://landportal.org/pt/library/resources/978-65-87389-07-3/lutas-mem%C3%B3rias-e-viola%C3%A7%C3%B5es-no-campo-brasileiro>. Acesso em: 11 abr. 2022.

PIETRAFESA, José Paulo.; BORGES, Joyce de Almeida. Ações coletivas em territórios camponeses e movimentos sociais agrários no estado de Goiás. In: SAUER, Sérgio (org.). **Lutas, memórias e violações no campo brasileiro: conflitos, repressão e resistências no passado e presente**. São Paulo: Outras Expressões, 2020. Disponível em: <https://landportal.org/pt/library/resources/978-65-87389-07-3/lutas-mem%C3%B3rias-e-viola%C3%A7%C3%B5es-no-campo-brasileiro>. Acesso em: 11 abr. 2022.

PORFÍRIO, Pablo F. A. Uma história das Ligas Camponesas em Pernambuco: passado interdito. In: SAUER, Sérgio (org.). **Lutas, memórias e violações no campo brasileiro: conflitos, repressão e resistências no passado e presente**. São Paulo: Outras Expressões, 2020. Disponível em: <https://landportal.org/pt/library/resources/978-65-87389-07-3/lutas-mem%C3%B3rias-e-viola%C3%A7%C3%B5es-no-campo-brasileiro>. Acesso em: 11 abr. 2022.

SAUER, Sérgio (org.). **Lutas, memórias e violações no campo brasileiro: conflitos, repressão e resistências no passado e presente**. São Paulo: Outras Expressões, 2020. Disponível em: <https://landportal.org/pt/library/resources/978-65-87389-07-3/lutas->

[mem%C3%B3rias-e-viola%C3%A7%C3%B5es-no-campo-brasileiro](#). Acesso em: 11 abr. 2022.

SAUER, Sérgio. Lutas, Memórias e Violações no Campo: notas históricas e reflexões prospectivas. *In*: SAUER, Sérgio (org.). **Lutas, memórias e violações no campo brasileiro**: conflitos, repressão e resistências no passado e presente. São Paulo: Outras Expressões, 2020. Disponível em: <https://landportal.org/pt/library/resources/978-65-87389-07-3/lutas-mem%C3%B3rias-e-viola%C3%A7%C3%B5es-no-campo-brasileiro>. Acesso em: 11 abr. 2022.

TELÓ, Fabricio. A questão agrária nas comissões estaduais da verdade. *In*: SAUER, Sérgio (org.). **Lutas, memórias e violações no campo brasileiro**: conflitos, repressão e resistências no passado e presente. São Paulo: Outras Expressões, 2020. Disponível em: <https://landportal.org/pt/library/resources/978-65-87389-07-3/lutas-mem%C3%B3rias-e-viola%C3%A7%C3%B5es-no-campo-brasileiro>. Acesso em: 11 abr. 2022.

WELCH, Clifford Andrew.; ROCHA, Leticia da Silva. As Ligas Camponesas em São Paulo: mobilizações, movimentos agrários e representações do pré-1964. *In*: SAUER, Sérgio (org.). **Lutas, memórias e violações no campo brasileiro**: conflitos, repressão e resistências no passado e presente. São Paulo: Outras Expressões, 2020. Disponível em: <https://landportal.org/pt/library/resources/978-65-87389-07-3/lutas-mem%C3%B3rias-e-viola%C3%A7%C3%B5es-no-campo-brasileiro>. Acesso em: 11 abr. 2022.

---

**Artigo recebido em: 16 de abril de 2022.**

**Artigo aceito em: 20 de junho de 2022.**

**Artigo publicado em: 03 de agosto de 2022.**